



## LINGUAGEM E PERSUASÃO NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DAS PESSOAS

Aidil Soares NAVARRO<sup>1</sup>

**RESUMO:** O principal objetivo deste artigo é fazer uma descrição do emprego da linguagem para a persuasão e formação das pessoas tendo como foco o perigo do discurso político na construção identitária do sujeito. Para isso procura-se aqui definir o que são discurso político, a política e os fatores socioeconômicos, o discurso político e a *doxa*, discurso e persuasão, bem como as paixões aristotélicas presentes no discurso político, principalmente, a questão da compaixão e a indignação como mecanismos de representação das paixões sociais, permeadas por uma intencionalidade emocional do sujeito. Além disso, do ponto de vista da linguagem, a argumentação demonstra que o discurso político é ação que visa à persuasão de levar o sujeito a tomar partido de uma ideia, uma ideologia, um *modus vivendi* manipulado pelo orador na cena discursiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso político. Enunciação. Persuasão. Paixões. Identidade.

### LANGUAGE AND PERSUASION IN THE IDENTITY FORMATION OF PEOPLE

**ABSTRACT:** The main purpose of this article is to do a description of the use of the language to the persuasion and formation of the people having as focus the danger of the political speech in the identity building of the subject. To this end seeks itself to define what are political speech, the political and the social and economic factors, the political speech and *doxa* (opinion), speech and persuasion such as the Aristóteles's passions present in the political speech, mainly, the question of the compassion and the indignation like mechanisms of representation of the social passions, permeated for an emotional intentionality of the subject. Besides that, of the point of view of language, the argumentation demonstrates that the political speech is action that intend to take the subject to adhere of an idea, an ideology, a *modus vivendi* manipulated by the speaker in the discursive scene.

**KEYWORDS:** Political speech. Enunciation. Persuasion. Passions. Identity.

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Licenciada em História. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica, em Direito Educacional, e Metodologia do Ensino Superior, Mestre em Língua Portuguesa pela (PUC/SP). Membro do Grupo ERA – Estudos Retóricos Argumentativos. Atualmente Doutoranda em Ciência da Informação-Jornalismo e Estudos Mediáticos na UFP – Universidade Fernando Pessoa/PT. Coordenadora e gestora de polos de Educação a Distância nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, onde convive diariamente com os alunos matriculados na modalidade a distância. Endereço eletrônico: <aidil@abrangecursos.com.br>.

## INTRODUÇÃO

Busca-se, aqui, nesta exposição, situar o discurso político *“a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados”* (BRAIT, 2010, p. 10). Todo discurso tomado como meio de comunicação de expressão é dirigido a um interlocutor. O discurso político em sua enunciação está presente em todos os espaços sociais tais como os legislativos federais, estaduais e municipais, nas falas do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos, vereadores, senadores e deputados.

O discurso político, que se materializa por meio da linguagem, normalmente é dirigido a outrem. “Em todos os caminhos até o seu objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa.” (FIORIN, 2006, p. 19). A política em si é um fenômeno complexo omnipresente em todos os segmentos da vida em sociedade, que envolve fatores de ordem específica, a saber: factos políticos, sociais e jurídicos – tudo interconectado entre si.

Em todas essas dimensões, a política entendida como a ciência da governança de um Estado ou Nação possui uma atribuição intrínseca. O campo político refere-se à legitimidade e autoridade dos atores sociais; na esfera social levanta a questão do lugar e das relações que se instauram entre as elites e as massas; no ponto de vista moral levanta a questão da idealidade dos regimes de governo para o bem dos povos (CHARAUDEAU, 2018).

A política apresenta-se de modo diverso, todavia, apesar da multiplicidade de facetas com que manifesta os seus aspetos objetivos e subjetivos, no seu bojo traz um escopo central: a referência ao poder político institucionalizado. Um representante do eleitor (vereador, deputado, por exemplo) ou um órgão da administração pública são considerados políticos já que lidam com a

totalidade das pessoas. *“Todas as atividades associadas de algum modo à esfera institucional política, e o espaço onde se realizam, também são políticos.”* (MAAR, 1985, p. 9).

O discurso político pode ser perigoso porque na sua enunciação é portador de ideologias que contribuem para o processo de persuasão e formação da opinião pública seja de maneira positiva ou negativa, principalmente quando veiculado por meios de comunicação mediáticos ancorados no Agenda-Setting, cujo objetivo é determinar quais assuntos se devem dirigir ao público consumidor de notícias. Diz-se que o discurso político é perigoso porque, na interação discursiva linguística adentro, não pede vênua em vários contextos da vida do sujeito, modelando seu *modus operandi* e seu *modus vivendi*, a saber: no plano social, no histórico, no cultural e, sobretudo, no ideológico.

Com isso, cria-se no indivíduo, por meio da ideologia adstrita ao meio de comunicação uma identificação do sujeito com um segmento político de sua escolha mesmo que este vá de encontro com a ideologia política vigente em determinado espaço sociopolítico. Sob esta perspectiva é de notar que *“o discurso político, (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder.”* (CHARAUDEAU, 2018, p. 252). É ação que visa à persuasão de levar o sujeito a tomar partido de uma ideia, uma ideologia, um *modus vivendi* manipulado pelo sujeito discursivo.

O discurso político é estudado pelas Ciências Políticas por meio dos factos políticos; pela Sociologia através das questões sociais; pelo Direito por intermédio dos factos jurídicos; pela Filosofia Política no que se refere aos factos morais. Isso revela que não há um único território pertencente ao domínio da política. Todas essas modalidades políticas são permeadas pela linguagem, pelo discurso. *“A política nasce do conjunto de fenômenos de relacionamento do homem em sua vida gregária, a partir do momento em que esta atinge certo estado de*

*organização como sociedade global*" (NETTO, 1977, p. VII). Um discurso de ódio a uma ordem preestabelecida dirigido, a um público específico, pode ser gerador de sentimento idêntico.

O Presidente da República Jair Bolsonaro num dos seus discursos de apologia ao uso de armas de fogo, afirmou que esta medida que atende às reclamações do seu eleitorado, segundo ele, representa "uma política de segurança pública, mas como direito individual do cidadão à legítima defesa"<sup>2</sup>A decisão presidencial, segundo a crítica, significa do ponto de vista político uma clara repressão aos movimentos sociais invasores de terra alheia, normalmente de viés esquerdistas, que alegam que os meios de apropriação justificam os fins: que seja dado acesso à propriedade àqueles que são pobres e sem-terra.

O sentimento de ódio expresso no discurso do Presidente é a causa de indignação em relação àqueles que não são os seus militantes mais entusiastas. Percebe-se que as emoções como a compaixão e o ódio, por exemplo, no discurso político, são utilizadas como elementos de comunicação com fins, notadamente, persuasivos. Por meio da compaixão, o discurso político, o sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem, acompanhado do desejo de minimizá-lo; por meio do ódio, pode levar outrem a rebelar-se contra tudo e todos (governo, ideologias, instituições, crenças, sistemas, entre outros).

## DISCURSO POLÍTICO E FATORES SOCIOECONÔMICOS

Em outra direção o discurso político é inerente à política e aos fatores socioeconómicos do Estado. O Estado – sociedade política por excelência – interfere na ordem económica e social de modo que os fenómenos políticos expliquem as estruturas sociais e esclareçam as angústias e desejos dos interesses públicos. Assim, o discurso político, utilizado como ferramenta de utilização da política, permite a compreensão dessas estruturas sociais a

---

<sup>2</sup> Pareceres técnicos da Câmara e do Senado apontam ilegalidades no decreto das armas. 11/05/19. Disponível em <https://blogdacidadania.com.br/2019/05/pareceres-tecnicos-da-camara-e-do-senado-apontam-ilegalidades-no-decreto-das-armas/>. Data da Consulta: 20.09.19.

fim de que se possa, melhor, entendê-las. Porém, mesmo que as estruturas políticas e socioeconómicas condicionem o desenvolvimento individual do sujeito é sobretudo pelo desenvolvimento da personalidade e da cultura que se chega ao caminho da dignidade humana e ao exercício pleno da liberdade democrática (NETTO, 1977, p. VII-XI).

Os fatores socioeconómicos levam o eleitor a depositar credibilidade no discurso político quando o sujeito imbuído da enunciação linguístico-discursivo lhe dá esperanças de dias melhores, que o levam a acreditar que as desigualdades e falta de oportunidades vão ser deixadas para trás, que vai haver uma implantação de políticas dirigidas à distribuição de rendas, e que ele, enfim, de facto, vai ter acesso ao “bezerro de ouro”. O discurso político quando enuncia algo de interesse público de outrem atinge sua paixão com *pathos*. Contudo a paixão é uma via de mão-dupla que pode contaminar o sujeito por ambivalência, podem no tornar senhores ou escravos. Este é um dos perigos do discurso político: levar à servidão ideológica.

Essa escravização, por exemplo, ocorreu no século XIX com o surgimento dos regimes governamentais totalitários tais como o nacional-socialismo de Hitler, na Alemanha, o fascismo, de Mussolini, na Itália e o bolchevismo, de Stalin, na Rússia, que dizimaram milhões de pessoas com ideologias contrárias às ideologias nazistas, fascistas e bolchevistas. Outros tantos milhões foram condenados à servidão ao submeterem-se aos mandos e desmandos desses sistemas políticos baseados numa ideologia que coloca o líder de uma nação como controlador absoluto dos direitos pertinentes aos cidadãos. Adolf Hitler, Bento Mussolini e Joseph Stalin são apenas alguns exemplos de líderes totalitários que, por meio dos discursos políticos, agiram como controladores dos direitos civis dos cidadãos daquelas gerações. Pode o homem viver livre do sistema opressor? Não. Não há como o homem ficar livre dos sistemas políticos visto ser ele um ser eminentemente social. “Tem ele necessidade de agrupar-se, de

unir-se a seus semelhantes, não só para lograr atender fins que busca e deseja, mas também para satisfazer suas necessidades materiais e de cultura.” (NETTO, 1977, p. 17).

## O DISCURSO POLITICO E A DOXA

Assim como na antiga Grécia era muito comum entre os gregos os embates de opinião, *doxa*, na argumentação das assembleias dos tribunais daquele momento, na sociedade contemporânea isso também ocorre seja no palanque, na tribuna ou no púlpito. A *doxa*, (opinião/senso-comum) opunha-se à *episteme* (ciência), conhecimento verdadeiro pelo facto daquela expressar especificidades ligadas às percepções e às paixões dos sujeitos. O discurso político favorece a formação da opinião (*doxa*) por meio de estratégias retórico-argumentativas que podem induzir ao erro, à falácia. O grande perigo iminente é que pode o discurso enunciado ser permeado de falsa verdade e levar o interlocutor a um conhecimento equivocado do verdadeiro interesse daquele que lhe dirige a palavra.

Os discursos dirigidos a eleitores, por exemplo, obtêm resultados concretos quando se quer que se pense e se aja de alguma forma, mesmo que por trás da aparência o discurso político tencione à manipulação de seus interlocutores. Não é uma tarefa fácil entender os malabarismos do discurso político. Para sua compreensão na sociedade contemporânea urge conhecer dois outros tipos de discurso: o discurso científico e o discurso mediático. É este último que dá voz e propaga as ideias e as ideologias presentes nos enunciados linguísticos do emissor, por ser a principal fonte de informação sobre quase todos os temas, inclusive a política com grande ênfase seja de modo impresso ou eletrônico; o discurso científico propõe a negação do sujeito para eliminar as subjetividades. É uma forma de a segunda pessoa apropriar-se da *episteme* em detrimento da *doxa*.

O discurso político tem seu espaço de enunciação específico e necessita impor a sua verdade para sua legitimidade seja lá qual for a sua forma de exteriorização: o palanque, os

partidos políticos, as assembleias legislativas, as instituições governamentais para a formação discursiva. A formação discursiva pode ser compreendida como *“um conjunto de regras anónimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e económica, geográfica ou linguística dada as condições do exercício da função enunciativa.”* (FOUCAULT, 1996, p, 35).

Urge exemplificar esta fala de Foucault a respeito da formação discursiva por meio de um fragmento discursivo do Presidente da República Bolsonaro dirigido à media e ao povo. “Estamos focados em questões de família. Não admitiremos que a Ancine e a Lei Rouanet façam peças contra interesses e tradição judaico-cristã. (...) Quer fazer filme da Bruna Surfistinha, pode fazer, mas não com dinheiro público”.<sup>3</sup> Nesta enunciação linguístico-discursiva está presente o apelo social, econômico, geográfico e linguístico. A mensagem, em seu intento de persuasão e convencimento, é dirigida às camadas da sociedade brasileira que preservam valores morais de família com crenças judaico-cristãs.

O apelo econômico é uma denúncia ao desperdício do dinheiro do erário público para a promoção de entretenimentos que vão contra a moral e os bons costumes (o filme em questão, para o presidente, é uma apologia, um incentivo à prática da prostituição). Instituições como a Ancine e a Lei Rouanet fomentavam este tipo de produção cinematográfica com o aval de governos anteriores que, na visão do Presidente, faziam “vista grossa”. “Bruna Surfistinha” é um eufemismo para a protagonista da película que vende o corpo em troca de dinheiro. O cenário onde tudo ocorre é na Sociedade Brasileira e num tempo presente. E é por meio da linguagem que a informação chega até ao ouvinte. Há no discurso do Presidente uma intenção política de manipulação da opinião, doxa, pública na

---

<sup>3</sup> ROLLSING, Carlos. *Tweets*, respostas e media. <https://twitter.com/carlosrollsing/status/1160925697419939840>. Data da consulta: 23.08.19).

medida em que visa que ela aceite a formação discursiva como verdadeira e, portanto, digna de ser levada em consideração

## DISCURSO E PERSUASÃO

Para que um determinado tipo de discurso seja aceite sem contestação pelo interlocutor, faz-se necessário que o orador busque a persuasão do auditório. A força discursiva está na argumentação, portanto, o argumento deve ser pragmático porque é por meio dele que todos os matizes ideológicos do discurso vão se concretizar, no ato da receptividade da enunciação. Um argumento pragmático refere-se às consequências de avaliação de um ato, acontecimento, regra ou outra coisa qualquer, de acordo com seus efeitos favoráveis e desfavoráveis sendo que todo o valor dessas é considerado causa ou obstáculo (PERELMAN; TYTECA, 1997).

Além disso, os enunciados proferidos devem estar adstritos a uma esfera de ação. Esta esfera é o público a quem se dirige a palavra: Igreja, Sociedade, Eleitor entre outros. Isto implica que os enunciados discursivos sejam determinados pelas condições específicas tal qual as finalidades de cada esfera (FIORIN, 2006). Persuadir outrem requer técnica. Na obra *Retórica*, Aristóteles descreve três modos segundo os quais as pessoas são persuadidas por meio das ações argumentativas: o *Ethos*, o *Pathos* e o *Logos*. O *Ethos* atua na esfera da credibilidade, o *Pathos* nas emoções, o *Logos*, na razão. O *Ethos* deve levar a pessoas a ter confiança naquele que profere o discurso ainda que possa despertar desconfiança já que no ato enunciatário está a lidar-se com a dubiedade que o discurso traz no seu bojo.

Quando um político diz que “*o povo merece uma sociedade justa e perfeita a fim de que possa ter qualidade de vida.*” ele não está apenas comunicando um ideal ao seu interlocutor. Com isso, pelo *Ethos*, ele busca persuadir seu eleitor de que ele é digno de credibilidade e que cumprirá a sua promessa. Por meio do *Pathos*, este pode sentir-se



“tocado” emocionalmente pela palavra do político e dar-lhe um voto de confiança. Por fim, por intermédio do Logos, recorre-se à melhor forma de utilização dos argumentos, conforme a Lógica, sejam eles dedutivos ou indutivos.

A persuasão é uma estratégia de comunicação e a sua finalidade ímpar é fazer com que alguém aceite determinado ponto de vista do Ethos discursivo, isso se torna algo demasiado perigoso na medida em que pode levar o Pathos tanto à adesão de algo que pode ser útil bem como inútil para si. Pode gerar temor ou confiança. Ao contrário da confiança, admite-se o temor na medida em que *“uma espécie de pena ou de perturbação, causada pela representação de um mau futuro e suscetível de nos perder ou de nos fazer sentir penas.”* (ARISTÓTELES, 2000, p. 110). O perigo, portanto, é o receio de que algo destrutivo aconteça e as consequências destes acontecimentos inspiram o temor: a injustiça, as mentiras.

#### A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO POLÍTICO

A identidade refere-se ao modus operandi e modus vivendi de um determinado sujeito que o distingue do outro. Sempre que se fala a respeito de construção identitária do sujeito submetido à ação política, está-se a ver uma pluriforme modalidade individual e forma de se fazer e de se dizer marcada por uma transformação contínua no espaço e no tempo. É por meio da linguagem que isso se dá, por meio dos enunciados discursivos.

No processo de construção da identidade pessoal nota-se que o sujeito forma-se a partir da mediação de um outro, normalmente, um mediador externo. *“Essa identidade é, pois, fundamentalmente, uma mediação: uma articulação entre a dimensão singular do sujeito e sua dimensão coletiva, a qual se expressa, por sua vez, na dimensão real de suas práticas”* (LAMIZET, 1992, p. 228).

O político, por exemplo, cria sua identidade por intermédio do ethos de alguém interessado na causa alheia, buscando com isso uma conciliação entre os direitos dos

cidadãos e as prerrogativas do Estado. Intenta despertar as paixões do enunciatário. Intenta transmitir confiança. A demonstração de um ethos de confiança segundo Aristóteles (2000) só acontece por meio das três qualidades inspiradoras da confiança: *phrónesis*, *areté*, *eúnoia*.

A *phrónesis* pressupõe a ponderação, competência e razoabilidade na expressão de suas ideias. A *areté* sugere a simplicidade e sinceridade como virtude básica para a elevação do homem, uma qualidade que leva à coragem e ao senso de justiça. A *eúnoia* se refere às atitudes de benevolência, solidariedade; para isso o orador deve transmitir ao *pathos* uma imagem de agradabilidade, sobretudo demonstrar simpatia pelo seu auditório.

Toda essa construção identitária que busca persuadir por meio de estratégias argumentativas se faz por meio do emprego da linguagem – ato fundador do processo de comunicação e expressão entre o ethos, o *pathos* e o *logos* da retórica em Aristóteles. De facto, “desse modo podemos dizer que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são princípios fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro acional – praxeologia” (CHARAUDEAU, 2018, p. 253).

#### AS PAIXÕES ARISTOTÉLICAS PRESENTES NO DISCURSO POLÍTICO

É razoável afirmar que no discurso político que se deseja ser persuasivo urge colocar as qualidades discursivas que inspiram a confiança: *phrónesis*, *areté*, *eúnoia*. No caso do fragmento do discurso do Presidente da República “*uma política de segurança pública, mas como direito individual do cidadão à legítima defesa*” observa-se uma razoabilidade na medida em que sua verbalização vai ao encontro de um clamor público: o direito de usar armas de fogo para se proteger contra malfeitores e bandidos. Percebe-se também um grau de simplicidade marcado pela coragem de colocar em discussão um assunto que os Direitos Humanos e os não-progressistas abominam.

Por fim, dirige-se ao seu auditório confiante de que está de seu lado atendendo aos seus apelos por meio da simpatia – atitude que eleva carisma e solidariedade pelo outro. As paixões que o orador desperta no seu auditório obedecem a uma lógica retórica de distanciamento e de aproximação. É um princípio aceito pela retórica que *“a identidade e a diferença entre os homens exprimem-se e medem-se por suas paixões; são índices e, ao mesmo tempo, parâmetros.”* (ARISTÓTELES, 2000, p. XL). Isso acontece porque as paixões são como imagens mentais que informam algo a respeito do “eu” e do outro e de que maneira ele age sobre aquele causando-lhe prazer ou sofrimento. Se a paixão provoca dor ou sofrimento ela causa mudança de espírito a fim de que este analise melhor os ‘julgamentos proferidos’. Quando o presidente da República diz à população que vai “armar o homem de bem”, de fato, pode ele causar o sentimento de prazer para uns, pode despertar a cólera para outros não engajados com a sua argumentação.

A cólera é um brado reativo a uma diferença tida como injusta ou como tal sentida, isso revela que a imagem que o interlocutor tem sobre o locutor não é de bom-tom e carece de fundamento. Para os apoiantes do desarmamento tais como algumas instituições partidárias bem como os órgãos pregadores dos direitos humanos um discurso ao contrário não só provoca cólera, entre seus detratores, mas também provoca o ódio – elemento puramente dissociador – contra seus defensores (2000, p. XXXVII). Um discurso de ódio tem, também, dupla face: pode gerar aceitação entre os defensores e repúdio aos contrários. Entre estes pode causar indignação – uma paixão humana de não-aceitação moral ‘do espetáculo’ discursivo, de sua desordem. Por fim, as paixões, as representações servem para definir a identidade do sujeito em relação a outrem.

## CONCLUSÃO

O discurso político expresso por meio da linguagem e com fins de persuasão é perigoso na medida em que ele pode construir no seu enunciatário uma identidade autoritária e nem sempre haurida de moral e da prática dos bons costumes. Os grandes levantes como o nazismo, o fascismo e o bolchevismo são a melhor prova disso porque todos são afetados por um discurso ideológico que, dependendo de sua capacidade persuasiva, pode virar força de lei entre os membros da Sociedade. Isso pode gerar problemas políticos. Ademais, “*é preciso ter consciência de que os problemas políticos são, sempre, problemas de todos os membros da sociedade.*” (DALLARI, 1984, p. 21).

Enfim, o discurso, quando persuasivo, pode influenciar a construção identitária do sujeito político porque mexe com as suas paixões as quais são, ao mesmo tempo, modos de ser que remetem ao *ethos* e determinam o carácter tal qual respostas a modos de ser que se referem ao seu ajustamento ao outro. Para isso é de extrema pertinência o carácter do orador para a persuasão. “*Sem dúvida que o carácter do orador é fundamental, pois uma pessoa íntegra ganha mais fácil a confiança do auditório, despertando nele maior predisposição para ser persuadido.*” (SOUSA, 2001, p. 17).

## BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

CHARRAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.



LAMIZET, Bernard. *Les lieux de la communication*. Liège: Mardaga, 1992.

MAAR, Leo Wolfgang. *O que é política*. São Paulo: Editora Cultural/Brasiliense, 1985.

PARECERES TÉCNICOS DA CÂMARA E DO SENADO APONTAM ILEGALIDADES NO DECRETO DAS ARMAS. 11/05/19. Disponível em <https://blogdacidadania.com.br/2019/05/pareceres-tecnicos-da-camara-e-do-senado-apontam-ilegalidades-no-decreto-das-armaas/>. Data da Consulta: 20.09.19.

PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. Tradução de Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROLLSING, Carlos. Tweets, respostas e media. Disponível em <https://twitter.com/carlosrollsing/status/1160925697419939840h>. Data da consulta: 23.08.19.

SALVETTI NETTO, Paulo Salvetti. *Curso de ciência política: teoria do Estado*. v. 1. 2. ed. revista aumentada. São Paulo: Hemeron Editor, 1977.

SOUSA, Américo. *A persuasão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2001.